



## CONFLITO DE INTERESSES NA COPASA É INVESTIGADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

**E**m meio a idas e vindas em sua insistente intenção de vender as estatais mineiras, o governador Romeu Zema deu mais um passo na tentativa de privatizar a Copasa, ao colocar na diretoria e no Conselho de Administração da empresa pessoas alinhadas com o projeto de entrega das empresas públicas à iniciativa privada.

Pelo menos dois novos diretores, o presidente Carlos Eduardo Tavares de Castro e a vice-presidente Cristiane Schwanka, reforçam a intenção do governo de se desfazer da Copasa, sem se preocupar com as consequências que isso acarretará ao desenvolvimento do Estado. Antes de assumir o cargo na Copasa, Carlos Eduardo era diretor corporativo do grupo Águas do Brasil, empresa privada do setor de saneamento, e membro do Conselho da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas do Serviço Público de Água e Esgoto (Abcon). Já Cristiane Schwanka era diretora de gestão da Águas de Cuiabá, também privada.

Diante desse possível conflito de interesses, a Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou e encaminhou ao Ministério Público um requerimento pedindo que o órgão investigue a legalidade da indicação e da eleição de Carlos Eduardo para a presidência e o Conselho de Administração da Copasa. O requerimento



pede que o MP investigue possível conflito de interesses, já que o governo tem a intenção de privatizar a empresa e colocou na sua direção pessoas que poderiam representar possíveis compradores.

Esse também é o caso de Cristiane Schwanka. Embora sua presença na diretoria da Copasa não tenha sido questionada pela Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa, o fato de ter trabalhado na Águas de Cuiabá reforça possível conflito de interesses. A empresa é controlada pela Iguá Saneamento, que se associou no passado a um fundo de investimentos canadense e agora está no mesmo patamar das principais concorrentes privadas, a BRK Ambiental e a Aegea. Um dos objetivos é investir em novas oportunidades que surgirem com a privatização do saneamento, em aquisições, novas concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

**NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E DO ESGOTO  
TODOS CONTRA AS PPP'S DO SANEAMENTO**